



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0702/08	DATA: 21/05/2008
INÍCIO: 10h22min	TÉRMINO: 11h29min	DURAÇÃO: 1h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h03min	PÁGINAS: 21	QUARTOS: 13

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO BAHIA - Assessor para Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 38ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Deputada Marina Maggessi, encontram-se sobre a bancada cópias das atas da 37ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A Deputado Marina Maggessi solicita a dispensa da leitura da ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Paulo Bahia, Assessor para Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Convido o Sr. Paulo Bahia a tomar assento à Mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 10 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado neste tempo o prazo para as respostas do depoente.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado.”*

Com a palavra o Sr. Paulo Bahia, em 5 minutos, por até 10 minutos, enquanto a Deputada Marina Maggessi resolve um outro problema.

(A reunião é suspensa.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Retomando os trabalhos, com a palavra o Sr. Paulo Bahia, pelo prazo de até 10 minutos, para suas considerações iniciais, em que V.Sa. poderá explicar as funções que exerceu, a sua qualificação profissional.

Eu quero, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, receber V.Sa. com muita alegria, porque conhecemos o trabalho profissional desenvolvido por V.Sa. no Estado do Rio de Janeiro, seja como Secretário de Direitos Humanos, seja como professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como homem comprometido com as boas práticas, com o bom Direito, principalmente com os direitos humanos, e parabenizá-lo pela função que ora exerce junto ao Ministro Mangabeira Unger, que será, com certeza, de grande valia para quem pouco conhece os meandros da burocracia brasileira, por ter vivido muitos anos fora do País, que é o Ministro Mangabeira Unger. Com o concurso de V.Sa., com certeza ele há de sair bem nessa missão espinhosa de preparar o futuro do Brasil.

Com a palavra o Sr. Paulo Bahia.

O SR. PAULO BAHIA - Bom-dia a todos os Deputados, a todas as Deputadas, a todos e a todas. Eu quero agradecer as palavras gentis do Deputado Marcelo Itagiba. Trabalhamos muito juntos, eu como Subsecretário de Direitos Humanos, ele como Subsecretário de Segurança Pública; depois, como Secretário de Direitos Humanos e ele como Secretário de Segurança Pública. Eu sou sociólogo, cientista político, sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro há muitos anos, enfim, sou um militante da causas sociais desde de menino, e o meu compromisso sempre foi incorporar demandas de direito e de cidadania sobretudo àquelas populações mais vulneráveis do Estado do Rio de Janeiro. Eu estava fora do Governo desde o Governo Leonel Brizola. E eu fui convidado a participar do Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Coronel Jorge da Silva, que também é meu colega e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É um doutor em antropologia e é Coronel da Polícia Militar, mas foi, junto com o saudoso Coronel Nazareth Cerqueira, um dos que implantou a política de direitos do cidadão acoplados à política de segurança pública. A minha tese que o Deputado Marcelo Itagiba e que a Deputada Marina Maggessi conhecem, que eu defendo, é de que os policiais militares, os policiais civis, mas mais os policiais militares, são os



primeiros e principais responsáveis pela defesa dos direitos humanos. E por que isso? Fiz uma longa pesquisa em todos os boletins de ocorrência e descobri que 70% dos casos de atendimento da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro estão classificados em “outros”. E o que são “outros”? São mediações sociais, transportar doentes para hospitais, aplacar crises domésticas. Enfim, essa é uma grande função, que eles dizem que não é policial, mas que eu digo que é de ordem pública e de manter o equilíbrio. Eles ficavam sempre muito irritados quando eu dizia que eles eram os principais defensores dos direitos humanos e que a idéia de que direitos humanos era defender bandidos estava absolutamente equivocada, já que eles eram os principais defensores dos direitos humanos. Com isso ganhei aliados dentro das forças policiais do Estado do Rio de Janeiro. O hoje Deputado Marcelo Itagiba foi um grande parceiro; a Deputada Marina Maggessi, à época Coordenadora do Centro de Inteligência, me ajudou em casos muito difíceis, como o caso do empalamento de Nélis Nelson no Morro da Coroa, como o caso do assassinato dos meninos na Rocinha e todo o cerco policial que aconteceu na Rocinha durante meses, em que eu implantei, por determinação do Coronel Jorge da Silva, um plantão da Ouvidoria da Polícia e da Ouvidoria de Direitos Humanos. Havia uma diferença que nos tornava *sui generis* em relação aos demais Estados da Federação: a Corregedoria-Geral das Polícias, assim como a Ouvidoria da Polícia, não estava vinculada à Secretaria de Segurança Pública, eram órgãos externos à Secretaria de Segurança Pública. E isso facilitava o trabalho e, ao mesmo tempo, alavancava uma articulação entre aqueles que faziam a defesa social e cuidavam das demandas do direito e aqueles que cuidavam da ordem pública. Quero dizer que, durante todo o período em que fui Subsecretário e, depois, Secretário, sempre contei com toda a ajuda que nos foi necessária por parte das autoridades de segurança pública. O Dr. Marcelo Itagiba como Subsecretário, depois como Secretário, e Marina Maggessi como Coordenadora de Inteligência, depois na carceragem da POLINTER, onde, em conjunto com o Governo Federal, com o papel destacado de Marcelo Itagiba e Marina Maggessi, por determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da OEA, nós desativamos a carceragem da POLINTER na Praça Mauá. E, mais tarde — o Dr. Marcelo Itagiba já não era mais o Secretário e sim o Dr. Roberto Precioso —, com a ajuda do Dr. Roberto Precioso e



com a coragem do Delegado Rafik Louzada, que era o Delegado de Interior, nós desativamos a carceragem da 79ª DP, em Niterói, em parceria com o Coronel Astério, que era o Secretário de Administração Penitenciária. Eu o chamo de Coronel Astério, mas ele deixou de ser coronel, é do Ministério Público estadual atualmente. Eu faço essa primeira apresentação dizendo que essa característica do Rio de Janeiro de manter a Ouvidoria da Polícia e a Corregedoria-Geral das Polícias fora da Secretaria de Segurança Pública é uma experiência exitosa, que deveria ser expandida aos demais Estados da Federação. Infelizmente, grupos de pressão internos no Estado do Rio de Janeiro reverteram essa situação e atualmente a Ouvidoria da Polícia e a Corregedoria-Geral da Polícia voltaram à Secretaria de Segurança Pública, o que, a meu ver, facilita um trabalho de corporativismo e de um certo corpo mole em relação à investigação dos desvios de conduta policial. Quero reforçar neste meu depoimento que sempre contei com a ajuda firme e decidida do Marcelo Itagiba como Subsecretário, do Marcelo Itagiba como Secretário, da Marina Maggessi como Secretária, das demais autoridades da área de segurança pública, da cúpula da segurança pública, para o combate duro ao desvio de conduta dos policiais. A competência administrativa da CGU era uma competência de natureza administrativa. Não tínhamos competência policial, embora nossa corregedoria fosse formada por policiais. O titular da corregedoria era um delegado de polícia, Dr. José Vercilo, e o seu chefe de gabinete, um delegado de polícia, o Dr. Wagner. E nós tínhamos corregedores auxiliares da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Como Secretário e Subsecretário nós nunca interferimos diretamente na dinâmica da ouvidoria nem da corregedoria. E aquilo que me traz aqui hoje — e eu peço que a Deputada Marina Maggessi faça mais perguntas — foi um ato em que o ex-Presidente da OAB, Dr. Octávio Gomes, formulou uma denúncia a mim, como Secretário de Estado, de que o seu escritório havia sido vítima de escutas ilegais de telefone por parte de um delegado de polícia. Esse processo administrativo de sindicância havia sido arquivado pelo corregedor-geral por falta de elementos. Eu solicitei as informações ao corregedor-geral, Dr. José Vercilo, e ao chefe de gabinete dele, Dr. Wagner. Eles me mostraram que o processo não tinha os elementos administrativos para a sindicância ter continuidade. Eu informei isso ao Dr. Octávio Gomes, e o Dr. Octávio Gomes, então,



entrou com uma petição apresentando dados, notícias e elementos novos. Com base nos dados, notícias e elementos novos apresentados pelo Presidente de então da OAB, eu, na qualidade de Secretário de Estado, que tinha sob minha responsabilidade a Corregedoria-Geral Unificada, determinei o desarquivamento desse processo de sindicância e solicitei ao Dr. Vercilo que reiniciasse o processo de sindicância. Nós já estávamos no final do Governo quando isso aconteceu — deixei o Governo no dia 31 de dezembro de 2006 —, e não tenho conhecimento do desdobramento desta ação. Também quero dizer que tomei conhecimento da existência do delegado em pauta neste processo. Não o conhecia, nunca lidei com ele e também não tenho algo a dizer em relação a ele, ou a favor ou contra. Entretanto, tenho a dizer, sim, em relação à Corregedoria-Geral Unificada, que eu recebi várias denúncias, por vários caminhos diferentes, de que a Corregedoria-Geral Unificada estava agindo de maneira tendenciosa. Em função disso, solicitei à Governadora do meu Estado que exonerasse o corregedor-geral e o seu chefe de gabinete. Isto não aconteceu. Eu não sei exatamente por quê, mas não aconteceu. Nós já estávamos no final do Governo, e eu queria nomear para o lugar o Delegado Paulo Passos, que foi corregedor interno da Polícia Civil e que teve grande colaboração com a Corregedoria-Geral Unificada e comigo nos vários casos. Também quero aqui fazer um ato de agradecimento ao ex-Comandante da Polícia Militar Coronel Renato Hottz, ao Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, Coronel Guedes, e ao corregedor interno da Polícia Militar, Coronel Claudedir. Depois o Coronel Hottz saiu, entrou o Coronel Hudson, o Coronel Claudedir assumiu a chefia do Estado-Maior, e o novo corregedor interno foi o Coronel Ricardo Paúl. De todos sempre obtive colaboração, a mais ampla possível. Também não posso deixar de citar o apoio que tive, como Secretário de Estado e antes como Subsecretário de Estado, do Delegado Paulo Souto, Subsecretário de Planejamento e Operação da Secretaria de Segurança Pública, na qual nós desenvolvemos trabalho intenso de proteção de pessoas ameaçadas e em risco iminente, ao mesmo tempo em que a Subsecretaria de Planejamento e Operação era um dos braços do Programa de Proteção à Testemunha, programa este que ganhou grande apoio, sobretudo com o Dr. Marcelo Itagiba e com a ajuda sempre preciosa da Deputada Marina Maggesi, assim como dos corregedores internos da Polícia Civil e da Polícia Militar. O



Programa de Proteção à Testemunha é um instrumento muito importante para elucidar crimes, e crimes quase todos — o Dr. Marcelo Itagiba pode reforçar essa minha afirmação — cometidos por policiais em desvio de conduta, aqueles que formam essas famigeradas milícias ou que não honram o distintivo ou a farda que usam de policiais. A experiência foi muito positiva. E havia uma sintonia, porque a cúpula da polícia do Rio de Janeiro, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, capitaneada pela cúpula da Secretaria de Segurança Pública, tinha uma sintonia fina com a idéia de defesa social, a incorporação de direitos e defesa dos mais humildes. Essa foi a prática que tivemos. E tivemos um duro embate — Itagiba (desculpe lhe chamar de Itagiba) lembra disso — em combater o desvio de conduta dos policiais que não honram uma corporação que agora faz 200 anos, implantada em 1808 com a chegada da família real à cidade do Rio de Janeiro. Eu tenho muito orgulho de ter trabalhado junto com esses companheiros das organizações policiais do Rio de Janeiro e que sempre compreenderam que a idéia da defesa social, dos mais humildes e dos direitos humanos não é a idéia vulgar de defender bandidos. É a idéia de incluir e defender o Estado Democrático de Direito. Com isso eu passo, pedindo ajuda à Deputada Marina Maggessi, que me convocou e que pode pedir mais, e aos demais Deputados... Fico feliz em ver o nosso Deputado Simão Sessim, o nosso Deputado Pellegrino aqui presente. Deputado Simão Sessim, Deputado de longa tradição no Estado do Rio de Janeiro e que me honra com a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Paulo Bahia, obrigado pelas suas palavras iniciais.

Eu gostaria até de frisar alguma coisa que eu julgo muito importante antes de nós começarmos o depoimento.

O Estado do Rio de Janeiro teve uma experiência pioneira, evitando dessa forma que o corporativismo interferisse na apuração dos desvios de conduta. Para tanto foi criada, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, uma Secretaria de Direitos Humanos e, subordinada a essa Secretaria de Direitos Humanos, uma Corregedoria-Geral Unificada. Isso quer dizer o quê? Existia um órgão na Secretaria de Direitos Humanos que era uma corregedoria para apurar as denúncias de desvio de conduta praticado por bombeiros, por policiais militares e por policiais civis. Dessa forma, não permitindo que o corporativismo de alguma forma interferisse



negativamente na apuração dos desvios de conduta. Então, eu acho que é uma experiência muito interessante, que infelizmente, no atual Governo, não foi mantida, retornando ou extinguindo essa corregedoria externa e colocando ela de volta no âmbito da Secretaria, que tinha lá os seus mecanismos próprios para apurar também os desvios de conduta, mas contava com essa isenção externa de um órgão isento. Então, acho que era uma experiência importante.

Em segundo lugar, é uma observação. Nós enquanto Secretário de Segurança Pública tivemos em todos os eventos mais graves na cidade a presença diuturna e a vigilância diuturna por parte da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. A cada evento que acontecia na cidade do Rio de Janeiro estava lá presente o Sr. Montenegro — se eu não me engano, esse era o nome — na busca de que as coisas fossem feitas com a maior isenção possível, apontando atos de desvios de conduta, muitas vezes praticados por policiais, em outros momentos levando a questão política dos direitos humanos à discussão, em todo evento mais forte ou mais grave que tivemos na cidade do Rio de Janeiro. E parece que essa Secretaria foi extinta hoje no âmbito do Governo Federal ou, se não foi extinta de direito, ao que parece deve ter sido extinta de fato, porque hoje essa Secretaria não aparece, não comparece, não pontua mais e não se articula mais na busca da preservação dos direitos humanos dos policiais e da sociedade no Estado do Rio de Janeiro. Então, se ela não foi extinta de direito, ao que parece, ela deve ter sido extinta de fato, porque nunca mais apareceu no Rio de Janeiro mais nenhum representante da Secretaria de Direitos Humanos quando ocorrem diversas mortes, em diversas comunidades carentes, em função de problemas como enfrentamento da criminalidade, problemas de milícias oprimindo moradores, problemas de traficantes oprimindo também os moradores da sua comunidade.

Então, o que eu tenho visto é uma total omissão de um Governo Federal que era sempre presente nessas questões, e ninguém sabe isso melhor do que o Paulo Bahia, que, à época, teve que “interlocutar”, se essa pode ser uma palavra utilizada, com essas autoridades públicas, que iam toda semana ao Rio de Janeiro fazer alguma denúncia de possível violação de direitos humanos. Aliás, até os próprios órgãos de imprensa à época muito fomentavam esse trabalho e davam bastante espaço — ainda bem — aos defensores dos direitos humanos, algo que parece que



não acontece mais na cidade nem no Estado do Rio de Janeiro. Então, se não foi extinta de direito, deve ter sido extinta de fato.

Quero parabenizar o Dr. Paulo Bahia pelo trabalho que realizou.

Tendo em vista que a Deputada Marina Maggessi é a autora do requerimento, passo a S.Exa. a palavra para as suas indagações e, depois, aos demais inscritos.

Com a palavra a Deputada Marina Maggessi.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Paulo Bahia, para mim é uma honra tê-lo aqui nesta CPI. Faço minhas as palavras do nosso Presidente em relação ao seu cargo hoje junto a um dos Ministérios que eu considero mais importantes e que recebeu há pouco do Presidente Lula a incumbência de tomar conta da Amazônia. Acho que V.Exa., ao lado dele, vai ser de grande valia, como foi no Rio de Janeiro — e eu falo agora como tira, como inspetora. Tanto V.Sa. quanto o Coronel Jorge da Silva mexeram realmente no pensamento dos policiais, tanto militares quanto civis. Quanto à Polícia Civil eu posso dizer com mais autoridade. Tanto foi assim que, não só na minha equipe como nas de vários outros amigos, essa idéia de direitos humanos ser realmente coisa para bandido foi realmente banida, tanto que nós chamamos os direitos humanos para a POLINTER, para terminar com aquilo ali, e explicamos para a população que o bandido quando sai dali volta muito pior para a rua.

Então a questão não é amontoar bandido. Se você não quer fazer — e eu costumo dizer isso nesta Casa — por eles, faça por si mesmo. Porque quando ele voltar para a rua, ele não só traz mais 10 com ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou pedir ao Deputado Simão que assuma um minutinho, enquanto vou ao Plenário.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - O.k. (*Pausa.*)

Então, eu quero dizer aqui da minha gratidão e da minha alegria em tê-lo aqui e em tê-lo no Governo Federal.

Agora, a razão do meu requerimento para chamá-lo aqui foi porque aqui compareceu o Dr. Octávio Brandão, ex-Presidente da OAB, Seção Rio de Janeiro, e aqui ele fez graves denúncias nessa CPI, que, de início, era só sobre escutas clandestinas. Ele disse aqui em depoimento que foi vítima de escutas clandestinas no seu escritório e que ele tentou justiça em todos os lugares e não conseguiu, por



conta do corporativismo existente entre delegados de polícia do Rio de Janeiro, mais precisamente o Delegado Alexandre Neto, que é o acusado pelo Sr. Octávio Brandão de ter praticado grampos clandestinos em seu escritório, à época em que os 2 trabalhavam juntos.

Segundo o que o Dr. Octávio Brandão disse aqui, a Corregedoria-Geral Unificada, na época presidida pelo Delegado de Polícia Dr. Vercilo, arquivou inadequadamente o procedimento instaurado contra o Delegado Alexandre Neto. Eu requisitei à Corregedoria-Geral Unificada cópias desses procedimentos e ali eu vi que, durante todo o procedimento, a delegada designada para fazer as investigações era atacada pelo Dr. Alexandre Neto, numa tentativa de denegrir a sua imagem, coisa que ele usa comumente — toda vez que ele se vê num embate contra uma pessoa ele tenta denegrir a imagem daquela pessoa —, e eu vi também que o senhor, num determinado momento, recebe o material do Ministério Público e manda instaurar novo procedimento, procedimento esse que está lá até hoje e não teve continuidade.

Então, chamei V.Exa. aqui para que dissesse por que e como o senhor teve essa coragem e essa visão, nessa luta sua contra o corporativismo, de mandar instaurar um novo procedimento, e o que foi que o senhor viu no andamento daquele que foi arquivado.

O SR. PAULO BAHIA - Eu agradeço a pergunta à Deputada Marina Maggessi. Eu tinha uma visão, Deputada, a partir das informações que eu recebia da Ouvidoria da Polícia, comandada pela Procuradora de Justiça Dra. Maria do Carmo, pelo Delegado de Polícia José Sarti Neto e pelo Coronel Horsae, que eram os ouvidores auxiliares. Além disso, eu recebia informações também do Disque-Denúncia, assim como nós tínhamos, no Governo do Estado, o Fala Cidadão, que era uma ouvidoria-geral. E recebi muitas denúncias de que a Corregedoria-Geral Unificada, que estava sob o meu comando, estava fazendo uma política de privilegiar determinados grupos e contrapor-se a outros grupos. Sem entrar no mérito, eu, assim que assumi como Secretário, solicitei a exoneração do Delegado José Vercilo, assim como do seu chefe de gabinete, o Deputado Wagner. Tenho o maior respeito possível e a maior admiração pela Delegada Ivanete, que eu designei para cuidar deste caso. Hoje, a Delegada Ivanete é a corregedora interna da Polícia



Civil do Estado do Rio de Janeiro e vem fazendo um belíssimo trabalho, pois é uma policial íntegra, é uma policial corajosa e que tem uma grande trajetória na defesa dos direitos. Antes de continuar a fala, eu quero dizer que, como... ainda o Coronel Jorge da Silva, Secretário de Direitos Humanos, e eu, como Subsecretário, demos um escopo mais amplo, Deputado, à idéia de uma Secretaria de Direitos Humanos. Nós abrimos um programa de defesa e apoio aos policiais vítimas da violência e aos agentes penitenciários vítimas da violência, porque os policiais militares, os policiais civis e os agentes penitenciários são brutalizados por aquelas gangues, por aquelas facções criminosas do Rio de Janeiro e ninguém cuidava deles. Então, nós abrimos uma linha de vitimização, de apoio a esses policiais, e contamos com o apoio da Deputada Marina Maggessi, do ex-Secretário e Subsecretário Marcelo Itagiba, do Dr. Paulo Souto, enfim, de vários outros integrantes. No caso específico, quando eu recebi a denúncia do Dr. Octávio Gomes, enfim, que tem uma grande experiência, mas era o representante, porque ele era o Presidente da OAB/RJ... Mas independente de ser o Presidente da OAB/RJ, o pai dele foi chefe da polícia do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Heraldo Gomes, e foi um excelente chefe de polícia no Estado do Rio de Janeiro, um homem íntegro e comprometido com a lei. Eu analisei o processo sindicante e achei que o processo não estava bem conduzido, sobretudo pela interferência do corregedor-geral e de seu chefe de gabinete em relação à Delegada Ivanete. Logo em seguida, recebi em meu gabinete o Dr. Octávio Gomes — eu o chamo de Octávio Gomes —, que me formulou a denúncia de que o processo havia sido arquivado em função de tentar beneficiar um determinado delegado. Eu solicitei ao Dr. Octávio Gomes que me apresentasse elementos que me dessem condições administrativas e legais para que eu revisse essa decisão, ou não, dependendo do que ele apresentasse. Porque nós sempre tivemos o cuidado de não usar a Ouvidoria da Polícia e a Corregedoria da Polícia como instrumentos de perseguição a policiais. Essa foi uma preocupação do Coronel Jorge da Silva, que tem uma longa trajetória como policial — inclusive foi Comandante da Baixada Fluminense, foi Comandante de Duque de Caxias, foi Chefe do Estado-Maior, como já disse, com o saudoso Coronel Nazaré Cerqueira — e é meu colega, porque, paralelo à sua atividade de coronel da Polícia Militar, ele também é sociólogo, mestre em Ciência Política e doutor em Sociologia. Nós nos



afinamos bastante em relação a isso. Quero afirmar que eu não sou policial, mas eu tenho um estudo detalhado e dediquei a minha vida a estudar as demandas por direitos, os movimentos sociais e a violência, sobretudo na minha cidade, no meu Estado e nas regiões metropolitanas. Quando a Deputada Marina Maggesi levanta essa questão, eu infelizmente tenho que concordar com ela que a sindicância original não foi bem feita, a delegada foi pressionada pelo corregedor, fato que me fez, assim que assumi como Secretário, pedir a exoneração do corregedor e do seu chefe de gabinete e sugerir a nomeação do Delegado Paulo Passos, que havia sido corregedor interno da Polícia Civil, um delegado de larga experiência e que, em vários casos, trabalhou comigo com isenção e sem a presença do corporativismo, que é tão vicioso em todas as áreas, não só na polícia. Vejam agora o caso dos meus colegas universitários, não só na Universidade de Brasília, mas em outras universidades, que se apegam ao corporativismo em nome da decência, da ética e do Estado Democrático de Direito. O que me moveu não foi um ato de coragem, Deputada, foi um ato de ser um servidor público que vive sob o império da lei. Diante da petição do Dr. Octávio Gomes, dos dados que ele me apresentava e daquilo que eu recebi do Ministério Público, não me cabia outra alternativa senão solicitar o desarquivamento do processo administrativo e a reabertura da sindicância. Sinto que o tempo foi curto. O Governo terminou, e eu deixei de ser Secretário no dia 31 de dezembro de 2006. Concordo com o Deputado Marcelo Itagiba em que houve um retrocesso no Estado do Rio de Janeiro, quando tiram da Secretaria de Direitos Humanos a Ouvidoria da Polícia e a Corregedoria-Geral Unificada e as recolocam no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, o que propicia a não-apuração de casos. Eu quero enfatizar que a Corregedoria-Geral Unificada não faz inquéritos policiais. Ela trabalha pelo ponto de vista administrativo e tem competência para a punição administrativa. Mas na punição administrativa nós trabalhávamos sempre em sintonia com a Corregedoria Unificada da Polícia Civil, com a Corregedoria da Polícia Militar, com a Corregedoria dos Bombeiros, com o Ministério Público Estadual e com a cúpula da Secretaria de Segurança, os Subsecretários e o Secretário, para que essas sindicâncias administrativas tivessem os desdobramentos de natureza policial e judicial. E tivemos, não é, Dr. Marcelo? Nós conseguimos eliminar dos quadros da polícia do Rio de Janeiro muitos policiais que



desonram o fato de serem policiais no Estado do Rio de Janeiro, em função do trabalho integrado da Corregedoria-Geral Unificada, que era da Secretaria de Direitos Humanos, junto com a articulação com os órgãos da Secretaria de Segurança Pública. Em relação ao caso específico, eu, imediatamente, determinei o desarquivamento do processo, determinei ao Dr. José Vercilo e ao Dr. Wagner que mantivessem a Delegada Ivanete à frente da sindicância e que agilizassem o processo de apuração administrativa, na medida em que se tratava de um delegado. E, a partir daí, comuniquei o fato ao novo corregedor interno, que já não era mais o Delegado Paulo Passos, era o Delegado — me foge o nome dele agora — Ricardo Martins. E comuniquei também o fato ao Subsecretário de Inteligência, que, na época, era o Coronel Romeu, para que os desdobramentos de natureza de investigação policial, que eu não tinha competência legal nem administrativa de fazer, fossem feitos pelos órgãos adequados a serem feitos. Eu desconheço, Deputada, como está o processo agora, porque eu deixei o Governo, no dia 31 de dezembro de 2006, e torço para que esta sindicância tenha desdobramento. Mas em concordância com o Deputado Marcelo Itagiba, eu temo pelo corporativismo que se reinstaurou no sistema de segurança do Estado do Rio de Janeiro. E também me ligo ao Deputado Marcelo Itagiba em achar estranho que aqueles órgãos que sempre, durante 4 anos, estavam diariamente em nossos gabinetes, cobrando providências corretas — não eram providências incorretas — da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, e que nós atendemos a todos prontamente, porque nós estávamos de acordo com aquilo que era deliberado nos fóruns internacionais... E falo isso com absoluta tranquilidade, porque, em funções que muitas vezes são conflitantes, nós discordávamos de maneira cooperativa, não é, Itagiba? Desculpe chamá-lo de Itagiba. Mas discordávamos de maneira cooperativa, e fizemos bastante para avançar, não só na melhoria da eficiência policial, na questão da investigação... Os dados são gritantes: de cada 100 homicídios, nós chegávamos à autoria de 4, correto? Nós aumentamos isso. Investimos bastante na área da polícia técnica e, sobretudo, na idéia de que a instituição policial é aquela que melhor defende o direito do cidadão. Portanto, são as instituições policiais as primeiras e principais defensoras dos direitos humanos. Eu torço, Deputada Marina, para que esse



processo sindicante chegue à conclusão, porque os elementos trazidos pelo Dr. Octávio Gomes são contundentes. E que não se caia na vala comum do corporativismo. E volto a insistir, acreditando que o Estado do Rio de Janeiro deveria retomar a experiência pioneira de separar o controle externo da atividade policial da Secretaria de Segurança Pública. Isso não significa uma concorrência predatória. Pelo contrário, a experiência que nós tivemos foi que houve grande colaboração e grandes avanços no combate ao desvio de conduta, como no caso da chacina da Baixada Fluminense, como no caso do desaparecimento dos 8 rapazes em Vigário Geral, como nos vários casos da Rocinha, como no caso do empalamento de Nélis Nelson, no Morro da Coroa, e vários outros casos. E aí, tenho que me solidarizar, mais uma vez, com o Deputado Marcelo Itagiba. Curiosamente, isso desapareceu. E eu acho estranho que isso tenha desaparecido, sobretudo quando eu vejo as estatísticas. E as estatísticas que eram tão bem montadas pela Dra. Ana Paula Miranda, demonstravam o aumento da letalidade. Letalidade em relação aos pobres e letalidade em relação aos policiais. O que acontece no Rio de Janeiro hoje é que morrem muitos policiais, que estão sendo assassinados brutalmente, vilmente, covardemente — e nós temos que estar ao lado dos nossos policiais —, como também morrem favelados, negros, pobres, inocentes, que, sem ter nada, são penalizados, porque, mortos, são criminalizados por crimes que não fizeram.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Infelizmente, eu acho que lá na corregedoria nada vai avançar, apesar do seu gesto, até porque quem manda na Corregedoria-Geral Unificada ainda é o Dr. Wagner. Hoje, quem está lá é um desembargador, uma pessoa que eles colocaram, de uma vida pública ilibada, mas uma pessoa estranha ao meio e uma pessoa que, como o Dr. Marcelo disse, induzida pelo Dr. Wagner e pela cúpula da Secretaria de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - A gente não disse que ele é induzido.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Não, eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, bom.

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Eu disse que ele é induzido. Aliás, o senhor nem se referiu a ele, ao novo desembargador, porque quem manda é o Dr. Wagner mesmo, e a investigação está nas mãos dele. Tanto que o Dr. Octávio



Gomes veio a esta CPI dizendo que aqui era o último recurso que ele tinha para que fosse feita justiça no caso dele.

Eu acho que o Governo hoje... a questão da segurança pública no Rio de Janeiro tem muito a ver com o *Tropa de Elite*, com a mentalidade das pessoas que, através desse filme, conseguiram, vamos dizer assim, externar o que, na verdade, sempre acharam. Então, a polícia era vista como o grande demônio, aquela que chega, que mata, que perturba e tudo. Mas esse filme, quando eu o vi, eu ainda pensei: eu quero ver a reação das pessoas, porque para mim não tinha novidade nenhuma naquele filme, não é? E, realmente, a reação das pessoas foi a mais absurda.

Quanto à Dra. Ana Paula Miranda, uma pessoa magnífica da equipe do Coronel Jorge da Silva, foi exonerada agora.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA MARINA MAGGESSI - Exatamente. E foi exonerada sem nenhum motivo aparente. E, junto com essa questão do corporativismo, nos deixa a impressão de que tem que ser afastado todo mundo que tenha acesso aos números e às estatísticas e que tenha compromisso com a verdade e com os direitos humanos, porque ela é da mesma escola do senhor.

Então, eu estou me dando por satisfeita com a sua presença aqui. Acho que o senho esclareceu bastante. Como eu disse, os autos eu peguei na CGU e estão aqui nesta CPI, tanto o que foi arquivado quanto o novo. O assunto está parado. O que eu vi naqueles autos, como eu lhe falei, foi só o réu denegrindo a corregedora, tentando jogar lama na sua vida, de qualquer maneira, um recurso louco que ele costuma usar, como eu disse. Eu espero que, nesta CPI, nós consigamos avançar.

Agradeço muito a sua contribuição e as suas palavras, a sua fidelidade aos seus ideais, que, como senhor, começaram pequenininhos. Eu lhe desejo muito sucesso nessa sua nova empreitada, porque dela depende o futuro do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PAULO BAHIA - Eu agradeço as palavras da Deputada Marina Maggessi. Marina Maggessi é suspeita, porque, antes de eu ocupar funções públicas, eu era debatedor na *TVE* e fui testemunha, como debatedor num programa na *TVE* — e acompanhei, entrevistando várias vezes a Deputada Marina Maggessi



—, o belíssimo trabalho que ela fez em relação... Um trabalho primoroso, sem um tiro, que prendeu os assassinos de nosso colega Tim Lopes. Trabalho primoroso, trabalho esse acompanhado de várias outras ações, sob o comando do Delegado Marcelo Itagiba, como Subsecretário. E quero também agradecer a todos aqueles da Secretaria de Segurança Pública, que à época que fui Subsecretário e Secretário colaboraram defendendo a vida de muita gente pelo Programa de Proteção à Testemunha, por um programa que criamos meio mambembe — o Itagiba lembra disso —, que nós chamávamos de Programa de Proteção a Pessoas Ameaçadas e Vítimas Iminentes, que o Itagiba deu grande apoio, via Paulo Souto, e nós protegíamos essas pessoas. Não posso deixar de agradecer ao atual Comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Pita, que na época era o chefe da inteligência da Polícia Militar e que sempre nos ajudou muito e ao Coronel Claudedir. Mas eu lamento que a sindicância não vá à frente. E quero corroborar com as suas observações. Enquanto o Delegado Wagner estiver à frente, aquilo não vai andar. Torço para que a Delegada Ivanete, como corregedora interna da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tenha força suficiente para tocar aquele processo de sindicância. E faço um apelo, Deputado Marcelo Itagiba, para que aquela experiência pioneira que nós vivemos seja resgatada não apenas para o Estado Federado do Rio de Janeiro, mas para os demais Estados. Isso não significa uma concorrência com a polícia, porque nós nunca... nós não somos policiais, mas nós trabalhávamos de maneira cooperativa, expúnhamos nas nossas reuniões as posições divergentes. Eu e Itagiba ficamos várias vezes em posições antagônicas, mas solidários um ao outro. Por quê? Porque nós trabalhávamos contra o corporativismo. E nós temos que banir a prática do desvio de conduta, que está fazendo com que o Rio de Janeiro seja o paraíso hoje das milícias, se espalhando por todo o território nacional. Então, eu agradeço o convite feito, a oportunidade de falar a esta Comissão e me coloco à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento adicional que possa dar da época em que era o Secretário de Estado e Subsecretário de Estado dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, lembrando sempre que eu, particularmente, não gosto da expressão “direitos humanos”. Eu prefiro sempre a expressão “defesa social”, que, aliás, é usada no Estado Federado de Minas Gerais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu queria, antes de encerrar, apenas fazer alguns questionamentos. Embora a Deputada Marina já tenha a cópia dos procedimentos: V.Exa. se recorda a época — o ano, o mês — em que esse procedimento foi arquivado?

O SR. PAULO BAHIA - Recordo. O procedimento foi arquivado em 2002. Eu era Subsecretário na época. E ele foi desarquivado em 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em 2006. A época do arquivamento do procedimento é 2002, e o seu desarquivamento em 2006, na Corregedoria-Geral Unificada.

O SR. PAULO BAHIA - A Corregedoria-Geral Unificada tinha autonomia administrativa para arquivar. Mas como a Corregedoria era subordinada ao Secretário, e eu recebi uma petição direta do Presidente da OAB e, nas atribuições legais, eu determinei o desarquivamento do processo sindicante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É só para que a gente pudesse ter a data bem fixada, até para que agente pudesse estabelecer o lapso de tempo em que isso se passou.

Eu fico muito satisfeito com a presença de V.Exa. aqui em nossa Comissão. Tenho certeza de que o muito que fizemos precisa ser continuado. O combate à criminalidade eu sempre digo que é um combate permanente. Ele tem início, tem meio e não tem fim. É um processo permanente, porque quem produz o criminoso é a própria sociedade. E cabe, como V.Exa. muito bem disse, às polícias combaterem esses criminosos. Como V.Exa. também disse, e eu digo, a primeira barreira de defesa dos direitos humanos da sociedade é a polícia, porque ela está ali, vigilante, 24 horas por dia, para defender o direito dos outros viverem em paz. Quem muitas vezes impede isso são justamente os grupos armados, a criminalidade organizada, a corrupção enraizada dentro do sistema político deste País e, principalmente e muitas vezes, no aparato policial do Estado.

Nós, diuturnamente, fizemos esse combate, batemos todos os recordes de prisões, de apreensões e de exclusão de maus policiais. Quando estivemos à frente da Secretaria, batemos todos os recordes de apreensão de armas, porque era uma das políticas do Governo retirar as armas das mãos dos criminosos, fazendo uma média de 14.000 armas por ano, número que diminuiu bastante na atual gestão. Nós



realizamos a apreensão de 44.000 armas, em 3 anos; nós fizemos a prisão de mais de 64.000 pessoas, em 3 anos; nós diminuimos o grau de letalidade da polícia e, através do uso da inteligência policial, nós levamos para trás das grades, preestabelecidas, as oitenta chamadas lideranças do tráfico nas comunidades do Rio de Janeiro. Todos aqueles bandidos que eram considerados, pela Polícia e pela própria mídia, chefes de organização em suas localidades, todos eles foram mapeados e todos eles foram presos. Alguns deles, obviamente, morreram em confronto com a polícia. Então, oitenta lideranças foram retiradas de circulação pelo aparato policial do Estado. Combatemos os desvios de função; combatemos as violações de direitos humanos; e sempre buscamos o aperfeiçoamento da atividade policial no Rio de Janeiro. Além disso, foi estabelecido o Curso Superior de Polícia, integrando as Polícias Civil e Militar — que começou com o Coronel Jorge da Silva e continuou com a Ana Paula —, fazendo, justamente, a integração, nos bancos escolares, na formação daqueles que estavam atingindo os postos de comando da Polícia.

Ou seja, muita coisa foi feita e muita coisa, infelizmente, está sendo desfeita. Eu acredito que V.Sa., hoje, na posição que ocupa de Assessor Parlamentar, de Secretário de Assuntos Estratégicos, que também já foi chamada de Pasta de Visão de Futuro, de preparar o Brasil para o futuro, terá condições de lá mesmo, talvez, pegar a semente que nós plantamos, na Secretaria de Segurança Pública, no Governo do Estado do Rio de Janeiro, e espriar essa semente para o resto do Brasil. Porque essa é uma forma de a gente modernizar, é uma forma de nós criarmos referências, no âmbito da Polícia, com o trabalho que foi executado na nossa gestão, na sua gestão, como Secretário de Direitos Humanos, no trabalho da Marina, como policial, na área de inteligência, no Rio de Janeiro, e o meu trabalho, na condição de Secretário, antes, como Superintendente da Polícia Federal e até mesmo como Diretor de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, por aproximadamente quase 3 anos.

Então, eu acho que o trabalho de polícia é esse. E a importância desta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito grande, porque nós estamos tocando em algo que jamais havia sido tocado, que é a questão das interceptações telefônicas, que de há muito vem criando embaraços e medos na população



brasileira. E nós optamos, aqui, por fazer 3 caminhos: os grampos legais, quem os concede, quem os faz, quem os executa, quem os vaza, quem os fiscaliza, quem os autoriza; os grampos chamados ilegais, aqueles que são cometidos de forma também criminosa, nas ruas do Rio de Janeiro; e os equipamentos que fazem esse monitoramento, quem os produz, quem os adquire, para quem são vendidos, quem os controla.

Então, o que nós observamos, nesta CPI, até agora, é, em primeiro lugar: os órgãos públicos não possuem nenhum controle sobre os grampos que executam. Até porque, com o pedido de informações que nós fizemos a todos os órgãos públicos, nenhum teve condição de imediato de informar o número de interceptações telefônicas. Para se ter uma idéia, chegamos ao número de 409 mil interceptações oficiais e legais, porque as próprias operadoras nos informaram que esses eram os números com os quais eles trabalharam no ano de 2007. Depois de instado, alguns organismos tentaram nos informar, e até agora estão tentando nos informar. A Polícia Federal nos informou um número de 49 mil interceptações feitas no ano de 2007, e só conseguiu reunir essas informações após a solicitação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Isso já provocou também no Rio de Janeiro uma grande inovação que é o Corregedor-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, o ilustre Desembargador Luiz Zveiter, que está estabelecendo um sistema de controle das interceptações no Rio de Janeiro, na Corregedoria, para que se saiba, efetivamente, que números estão sendo interceptados, que juizes estão autorizando, para que se exerça um controle sobre essa atividade que invade o espaço da privacidade do cidadão. O Desembargador Luiz Zveiter está convidado a comparecer a esta CPI e disse que virá, com muito prazer, expor o que será, com certeza, algo que poderá ser implementado em outras Unidades da Federação, esse sistema que ele idealizou no Rio de Janeiro.

Observamos, também, que órgãos que não têm atribuição nem competência constitucional para fazer interceptação telefônica estão fazendo, como por exemplo a Polícia Rodoviária Federal, que, constitucionalmente, tem apenas a obrigação de patrulhar as vias federais, e não tem atribuição de investigação nem de interceptação; e vinha fazendo, de forma indevida, de forma ilegal, a aquisição



desses equipamentos e fazendo interceptações por solicitações também indevidas por parte do Ministério Público.

Então, acho que muita coisa que está surgindo tem muito a ver com a proteção dos direitos e garantias individuais, com as proteções dos direitos humanos das pessoas, porque um dos principais direitos humanos das pessoas é o direito à privacidade. A outra questão, que acho que é muito importante, eu reconheço e respeito, é o direito da imprensa informar. Mas eu não posso admitir que agentes públicos do Estado vazem, para órgãos da imprensa, dados que estão submetidos a segredo de justiça. Então, a imprensa tem o direito de informar, deve informar, toda vez que receber esse tipo de investigação, mas os agentes públicos devem ser rigorosamente punidos quando descoberto o vazamento. E, para cada vazamento, tem que ser instaurado um inquérito para descobrir quem foi o agente público que violou a intimidade dos outros fazendo com que o segredo de justiça não fosse respeitado. Até porque, muitas vezes, a imprensa é utilizada de forma indevida ou manipulada. Porque, a partir do momento em que eu encaminho a algum jornalista ou a algum órgão de imprensa trecho que eu selecionei, para que seja veiculado, eu estou exercendo uma censura, eu estou tirando do veículo e do jornalista o poder de avaliação pessoal e próprio do contexto todo para poder informar a opinião pública, dessa forma, criando distorções e, muitas vezes, imputações ilegais indevidas. Porque uma coisa é você, na condição de profissional, poder apreciar o todo; do todo, fazer a sua interpretação; e, de acordo com a sua interpretação, informar a população; a outra coisa é eu receber um trecho editado por quem quis vazar aquilo, para que eu reproduza apenas a parte do todo.

E até tenho usado aqui, Dr. Bahia, um exemplo muito típico que é você receber um telefonema, ontem, de alguém lhe dando uma receita de bolo, no qual lhe dizem “uma dúzia de ovos, três quilos de farinha para fazer um grande bolo”. E, no dia seguinte, lhe interceptam uma ligação telefônica encomendando de alguém três quilos de farinha, e essa interpretação vira, na verdade, que você está comprando três quilos de cocaína. Porque quando você descontextualiza você cria condições de uma violação de um direito humano, que é o direito sagrado de defesa de quem está sendo acusado.



Então, em função disso, esta CPI vem prestando relevantes serviços e está aí trabalhando, não com o objetivo de criar imputações a quem quer que seja, de prender pessoas, de indiciar pessoas, mas de fazer a grande radiografia do que é a interceptação telefônica no País e de propor a este Parlamento um anteprojeto de lei que, efetivamente, controle esse instrumento tão necessário para o combate ao crime organizado, ao crime de corrupção, porque nós sabemos que os grandes comandantes, os grandes chefes não botam a mão na massa. Eles fazem os seus comandamentos. E a melhor forma de investigar é através de interceptação telefônica. Mas a banalização desse instrumento vai acabar, por fim, em desmoralizá-lo. É o que nós não queremos. Eu lutei muito para que isso se tornasse lei neste País, para que nós pudéssemos efetivamente tirar de circulação os criminosos do colarinho branco. E que não seja banalizado e amanhã acusado de ser um mau instrumento. Nós achamos que isso não pode ser feito dessa maneira.

Então, esta CPI vem prestando esse trabalho. Nós agradecemos muito o trabalho desenvolvido por V.Sa. e a sua presença aqui. Meus parabéns, continue esse grande defensor dos direitos da sociedade que V.Sa. tem sido, que já foi muito maior — não maior na defesa desses direitos, mas em maior em peso, por que já perdeu alguns quilos. (*Risos*).

Um grande abraço e obrigado pela presença.

O SR. PAULO BAHIA - Muito obrigado, Deputado Marcelo Itagiba, muito obrigado, Deputada Marina Maggessi. Eu mais uma vez me coloco à disposição, como professor da UFRJ, pesquisador do tem. Atualmente estou ocupando uma função de assessoramento superior do Ministro Roberto Mangabeira Unger, que não é tão dirigida assim, mas tem tangencialmente a questão do plano de defesa nacional. Mas eu estou sempre à disposição para colaborar naquilo que for conveniente para a Comissão. Quero aproveitar o momento para agradecer toda a colaboração que recebi da cúpula da Secretaria de Segurança Pública ao avanço na conquista dos direitos de cidadania do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo com Marcelo Itagiba como Secretário de Segurança e Marina Maggessi como Coordenadora de Inteligência e depois Coordenadora do Sistema da POLINTER. Voltando ao que Marcelo Itagiba disse: cumprimos rigorosamente todas as determinações e os acordos brasileiros com a Organização dos Estados Americanos



e com a Organização das Nações Unidas. Podemos nos orgulhar como gestores públicos. Nós trabalhamos na defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos. E avançamos. E volto a ser solidário ao Deputado Marcelo Itagiba. Não podemos permitir que esses avanços se transformem em retrocesso e que o corporativismo impeça que a fala do Marcelo Itagiba se transforme em realidade, que a gente combata a criminalidade com instrumentos científicos técnicos e, sobretudo, éticos de respeito à pessoa humana. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se dia 27 de maio, às 14h30min, no Plenário do Anexo II, para oitiva de testemunhas.

Está encerrada a reunião.